

O OBJETO DE ESTUDO DA GRAMÁTICA GERATIVA E A CARACTERIZAÇÃO DE CATEGORIA VAZIA

Dimar Silva de Deus (UNISA)

RESUMO

O presente trabalho é uma abordagem do objeto de estudo da gramática gerativa, considerado a partir de um fenômeno que acontece em várias línguas, inclusive em português, e que é denominado de categoria vazia, definido como sendo uma posição sujeito ou objeto foneticamente nula, mas sintática e semanticamente presente. A abordagem de tal fenômeno é feita exclusivamente para evidenciar o fato de que a teoria gerativa, sendo uma teoria mentalista, tem como objeto de estudo a gramática universal, aqui entendida como a gramática internalizada na mente do falante e da qual ele se serve para penetrar a própria língua.

Palavras-chave:

Gramática Gerativa, Gramática Universal, Sintaxe, Categoria Vazia.

INTRODUÇÃO

A tônica de qualquer teoria científica é seu caráter investigativo de fenômenos característicos de determinada ciência. A Ciência da Linguagem, ao longo dos anos, tem sido investigada por várias teorias. Dentre elas, destacamos a teoria linguística da Gramática Gerativa, que vem sendo estudada desde 1957 e cujo objeto de estudo será nossa tônica de investigação.

Para se chegar ao objeto de estudo da teoria gerativa, procuramos considerar um fenômeno existente na língua portuguesa - a categoria vazia -, exemplificando-o, primeiramente, a partir do verbo *entender*, e, em seguida, com exemplos retirados de Cyrino (1996). Após a caracterização do objeto de estudo da Gramática Gerativa, passamos à problemática do conhecimento e da aquisição da língua, com base na dialética existente entre empiristas e racionalistas.

Assim, esperamos que, de algum modo, este estudo possa contribuir para a constatação de que a existência de categorias vazias na posição de sujeito e de objeto é mais um motivo para se considerar a natureza mentalista da teoria linguística da Gramática Gerativa, já que o falante nativo do português é capaz de interpretar tais ausên-

cias fonéticas, acionando o órgão mental da linguagem.

O OBJETO DE ESTUDO

A sociedade tem-se organizado pela linguagem e através dela. Nesse processo, na tentativa de evidenciar o conhecimento lingüístico do homem que fala, várias teorias foram desenvolvidas. Cada uma delas, entretanto, destaca um aspecto da linguagem, elegendo-o como seu objeto de estudo. Nenhuma conseguiu abranger o fenômeno lingüístico em sua totalidade.

Dentre as várias teorias, focamos, neste estudo, a teoria lingüística da Gramática Gerativa. E, dentre os diversos pesquisadores da teoria gerativa, destacamos o trabalho que vem sendo realizado por Noam Chomsky, sem dúvida um dos expoentes das ciências da linguagem na atualidade.

Uma vez que toda teoria lingüística tem um objeto de estudo, podemos afirmar que a Gramática Gerativa ocupa-se, privilegiadamente, da sintaxe das línguas. Mas a sintaxe das línguas não é seu objeto de estudo; é apenas um meio para descrever uma entidade teórica chamada Gramática Universal (doravante GU). Esse é o objeto de estudo da Gramática Gerativa (Vital, 1995).

Raposo (1992, p. 15) assim definiu esse objeto de estudo:

O empreendimento generativo tem como objeto central, por um lado, a caracterização das gramáticas particulares dos indivíduos (correspondendo às várias línguas humanas) e, por outro lado, a caracterização da *Gramática Universal*, entendida como um conjunto de propriedades inatas, biologicamente determinadas, de natureza especificamente lingüística (isto é, não partilhada por nenhum outro sistema cognitivo particular ou geral), e cujo desenvolvimento e maturação, em interação com o meio ambiente, determina uma gramática particular na mente do adulto.

Torres-Morais (1998, p. 128) aborda a questão ao dizer que

Em *Aspects* (1965), Chomsky elaborou um programa de pesquisa que lidava, entre outras, com duas questões intimamente relacionadas, traduzidas nos seguintes termos: (i) qual é a natureza do conhecimento que temos representado em nossa mente e que nos permite produzir e entender as sentenças de nossa língua?; (ii) como esse conhecimento é adquirido?

Quando se fala em GU, alguns pensam em nivelamento geral

das várias línguas particulares, o que não é correto. Não estamos dizendo que as várias gramáticas particulares devam ser idênticas. O que há, isto sim, é a evidenciação de uma gramática que estaria subjacente a todas as línguas, trazendo em seu bojo meios que permitissem a combinação e a relação de termos das diversas línguas, até chegarmos aos níveis de representação, co-ordenados por um conjunto de princípios que torna restrita a combinação desses termos.

Se as gramáticas particulares não são idênticas, mas permeadas por aspectos sintáticos comuns a todas as línguas do mundo, é interessante trabalhar, então, com a noção de parâmetro, pois, na verdade, a GU contém princípios aos quais se associam parâmetros que serão fixados pela experiência e que determinam as possibilidades de variação gramatical das línguas (VITRAL, 1995).

Dizemos, então, que a Teoria de Princípios e Parâmetros, como ficou conhecida inicialmente da teoria gerativa, é um modelo que procura, por sua natureza modular, investigar de forma adequada os princípios que constituem o estado inicial da faculdade da linguagem, bem como sua interação na constituição da gramática particular.

Pela hipótese da GU, a linguagem é inerente aos seres humanos e todos eles estão preparados para desenvolver essa faculdade da linguagem, bastando, para isso, estar exposto a determinada língua. Assim, assume-se que nenhuma língua é ensinada ao ser humano, pois sua aquisição não se restringe a adquirir estruturas linguísticas externas.

Após a exposição primeira à língua, o falante nativo, de posse da GU, vai ampliando seus conhecimentos linguísticos. Podemos dizer, então, que a Gramática Gerativa se preocupa com a gramática subjacente, que nada mais é do que essa gramática internalizada que nós, falantes nativos, temos de nossa língua e que sabemos manejar adequada e intuitivamente, inclusive. Entretanto, o falante não precisa descrever ou explicitar essa mesma gramática implícita, que maneja, competindo tal trabalho à lingüística gerativa.

Em Chomsky (1986 e 1988), discutem-se os conceitos de Língua-I, ou seja, língua internalizada, e de Língua-E, que é a língua externa. A Língua-I seria o estágio inicial, também conhecido como

competência gramatical, sistema computacional ou gramática internalizada, constituindo-se um fenômeno individual, um sistema representado na mente-cérebro de um indivíduo particular. É, assim, um objeto mental, o próprio saber que as pessoas têm de sua língua, enquanto língua materna. Ao contrário, a Língua-E pode ser entendida como o conjunto de estruturas partilhadas por uma comunidade de fala, ou seja, é o conhecimento linguístico compreendido independentemente das propriedades da mente-cérebro do falante nativo de determinada língua. Portanto, a Língua-E pode ser definida como a totalidade de enunciados que um indivíduo é capaz de aprender numa comunidade de fala (Deus, 2003).

Portanto, a gramática de uma língua é o estado de saber linguístico dos falantes que têm essa língua como língua materna

Um dos aspectos fundamentais da teoria gerativa é que ela procura fazer a descrição do que se passa com os falantes no que diz respeito ao trabalho criativo da língua, demonstrando clara capacidade de generalização e pondo em evidência regularidades subjacentes antes ignoradas. Assim procedendo, a Gramática Gerativa permite a caracterização de noções como gramaticalidade, agramaticalidade e ainda o grau de gramaticalidade em questão.

Em se tratando da Sintaxe da língua, por exemplo, uma teoria científica de organização sintática das sentenças deve, antes de mais nada, observar todas as sentenças que efetivamente são próprias da língua, sem ignorar nenhuma delas (MIOTO *et al*, 1999).

Portanto, aqui não é bem-vinda a dicotomia frase correta / incorreta da Gramática Tradicional, mas sim a dicotomia frase bem-formada / malformada, uma vez que uma frase taxada como incorreta por alguns gramáticos pode, simplesmente, estar bem-formada, fazendo parte, inclusive, do *corpus* da língua. Considerem-se os exemplos:

1. *O a ama esposa marido*
2. *O marido ama a esposa*
3. *A esposa ama o marido*
4. *A esposa é amada pelo marido*

Pela nossa experiência de falantes nativos do português, percebemos claramente que há problemas de significação, decorrentes da sintaxe, na sentença (1), que não aparecem nas sentenças (2-4). Dizemos que, se as palavras são arrumadas como em (1), não constituem uma sentença significativa, mas sendo arrumadas como em (2), (3) e (4) formam sentenças significativas.

Ou seja, os exemplos de (1-4) mostram que a má-formação em (1), em oposição à boa-formação das demais, evidencia que o falante nativo do português sabe que, em sua língua, com um número finito de palavras, pode-se formar um número infinito de sentenças, mas que existem regras e princípios que determinam a ordenação das palavras. Seu conhecimento revela, também, um dicionário mental com informações a respeito das categorias gramaticais, o que lhe permite saber que certas formas pertencem, por exemplo, à categoria verbo, e outras, à categoria nome.

Estamos diante do princípio da recursividade da linguagem: com elementos finitos (palavras) é possível gerar frases infinitas. Tais frases poderão estar bem/malformadas. Há, então, a necessidade de filtros que provem estar bem/malformada determinada frase. Tais filtros são os princípios.

Para Torres-Morais (1998), a idéia é que um dado princípio pode ser instanciado de forma ligeiramente diversa, ou seja, através de parâmetros que diferem minimamente.

Observando o comportamento das línguas, percebe-se que há regras que fazem parte do conhecimento gramatical interno do falante. Chomsky (1981), ao tratar da concepção modular da mente humana, defendendo que esta é formada por módulos autônomos, cada um deles caracterizado por princípios e representações específicos, argumenta que, se o falante tem um conhecimento gramatical interno, tais regras não são formadas partindo do exterior, ou seja, das propriedades absolutas das expressões linguísticas, para o interior, isto é, a mente humana e suas capacidades linguísticas altamente específicas.

Assim sendo, novamente, podemos citar Raposo (1992: 18):

Insistimos em particular na natureza 'mentalista' da teoria, isto é, na concepção de que o seu objeto de estudo consiste num sistema de regras

e princípios radicados em última instância na mente humana, e não em propriedades absolutas das expressões lingüísticas consideradas em si mesmas, ou consideradas como um aspecto particular do comportamento humano, independente das propriedades mentais subjacentes à sua produção e compreensão.

Qual seria, então, o papel da mente humana no processo de aquisição da linguagem?

A resposta consiste em saber, fundamentalmente, como a gramática se desenvolve na mente do falante e em que base. E é uma das questões do debate epistemológico de maior projeção no pensamento filosófico e lingüístico ocidental.

EMPIRISTAS X RACIONALISTAS

Há grande controvérsia entre duas posições que se contra-põem acerca do papel da mente humana na aquisição do conhecimento: a posição empirista e a posição racionalista. Mais especificamente para nossa discussão, sobre o objeto de estudo da Gramática Gerativa, considerando qual é o papel da mente humana na aquisição da linguagem pela criança.

De um lado, está o que usualmente chamamos de Tradição Empirista, que se consolidou através do behaviorismo norte-americano, no que respeita à aquisição do conhecimento em geral, e mais especificamente por Skinner⁴, quanto à aquisição da linguagem.

A Tradição Empirista acredita que o desenvolvimento da linguagem tem base em causas externas à mente humana. A linguagem seria, assim, mera questão de aprendizagem a partir da interação da criança com as pessoas que com ela convivem, constituindo um sistema exterior a ela. Skinner afirma ser a observação, a memorização, a generalização indutiva, a associação e outros fatores os ingredientes necessários à aquisição de uma língua. Bastaria, então, uma aprendizagem de hábitos de comportamento verbal para sua aquisi-

⁴ B. F. Skinner, professor de psicologia da Universidade de Harvard, foi um dos eminentes e influentes defensores da psicologia behaviorista. Em seu livro *Verbal Behavior* (1957), faz a mais pormenorizada tentativa de explicar a aquisição da linguagem dentro da estrutura de uma teoria do aprendizado behaviorista (Lyons, 1974).

ção. A mente humana agiria somente no sentido de organizar os conhecimentos adquiridos, parecendo não existir princípios e estruturas especificamente dirigidos para a aprendizagem das línguas.

Do outro lado está a Tradição Racionalista, que propala ser a mente humana fundamental na aquisição da linguagem. Se Skinner afirma ser a aquisição algo externo à mente humana, temos Chomsky a afirmar que existem princípios e estruturas mentais de conteúdo especificamente lingüístico, inclusive com caráter biológico, exclusivos da espécie humana, como uma herança genética.

Eis as palavras de Chomsky (1981:52):

A abordagem ao estudo da mente e da linguagem que proponho abre diversas perspectivas de estudo sobre a natureza e a organização das estruturas mentais e o modo como se desenvolvem. Não deveríamos excluir a possibilidade de que o que normalmente consideramos conhecimento lingüístico talvez consista em sistemas cognitivos bem diferentes que interagem no desenvolvimento cognitivo normal.

Isto equivale a dizer que, para a Tradição Racionalista, adquirir uma língua pressupõe possuir um órgão mental biológico que deverá ser, antes de mais nada, maturado e desenvolvido. Processar-se-ia, a partir daí, a aquisição da linguagem.

Enquanto empiristas, como Bloomfield⁵, acentuam a diversidade das linguagens humanas, Chomsky enfatiza suas similaridades, procurando, com isso, realçar a existência da GU.

Entretanto, existe uma interação entre a mente e outros fatores externos. A concepção racionalista não nega que o ambiente no qual a criança está inserida seja partícipe na aquisição da linguagem. A exposição à experiência lingüística é também importante no processo de aprendizagem, uma vez que a criança necessita dessa experiência para dar início à construção da gramática interna da língua materna.

⁵ Leonard Bloomfield empenhou-se por tornar a lingüística uma disciplina autônoma e científica. Com isso, todos os dados que escapavam ao seu entendimento do que é científico, eram deliberadamente rejeitados como não sendo diretamente observáveis ou fisicamente mensuráveis. Em *Language* (1933), adotou explicitamente o behaviorismo como estrutura geral para a descrição lingüística (Lyons, 1974).

Essa exposição permite, ainda, que a criança adquira o vocabulário de sua língua.

AS CATEGORIAS VAZIAS

Procurando realçar a idéia de que existe, de fato, uma GU subjacente às gramáticas particulares que ela está internalizada no falante, radicada, isto sim, em sua mente, passamos a abordar a questão da existência de um fenômeno chamado categoria vazia, que nada mais é do que um ou mais constituintes foneticamente nulos, mas sintática e semanticamente presentes.

Observemos as frases:

(5) a. *José é muito estúpido para – entender a gente.*

b. *José é muito estúpido para a gente entender*

Nas frases acima, segundo a definição de categoria vazia, podemos detectar o mencionado fenômeno duas vezes: uma categoria vazia na posição de sujeito do verbo entender (5a), e outra na posição de objeto desse mesmo verbo (5b).

A interpretação das frases acima, e de outras desse tipo, não fica prejudicada, de maneira alguma, pela ausência de material fonético que constituiria o sujeito (5a) ou o objeto (5b). Na verdade, todos os falantes são capazes de interpretar perfeitamente as frases, bastando atribuir uma referência à categoria vazia, da seguinte maneira:

(5) a'. *José é muito estúpido para (José) entender a gente.*

a''. *José é muito estúpido para (ele) entender a gente.*

b'. *José é muito estúpido para a gente entender (José).*

b''. *José é muito estúpido para a gente entendê(-lo).*

b'''. *José é muito estúpido para a gente entender (ele).*

Percebemos, então, que algum parâmetro da língua possibilita ao verbo entender, e também a outros, apresentar uma categoria va-

zia ou na posição de sujeito, ou na posição de objeto. Contudo, parece-nos inconcebível que duas categorias vazias se aplicassem simultaneamente ao verbo entender, sem acarretar prejuízo quanto à interpretação. Poderíamos, do ponto de vista sintático, considerar agramatical a seguinte sentença:

(5) c. **José é muito estúpido para – entender –*.

Conclui-se que a ausência do material fonético não implica ausência de estrutura sintática ou correlato semântico em (5a) e (5b), e que o mesmo não ocorre em (5c).

Lobato (1988), ao postular sobre a categoria vazia na posição de sujeito, pondera que é o tempo que atribui o nominativo ao sujeito, porque a regra geral é nunca se ter um sujeito manifesto quando a oração não tem tempo.

Por outro lado, quando a oração tem tempo, existe uma escolha entre dois fatos possíveis: ou se ter sujeito expresso, ou lançar mão de uma categoria vazia na posição de sujeito, quando a língua admite tal escolha, pois essa categoria vazia teria seu conteúdo identificado pelos traços flexionais do verbo.

Cyrino (1996) observa que podemos considerar o fenômeno da categoria vazia nas posições de sujeito e de objeto como uma questão pragmática, ou seja, tanto sujeito quanto objeto são facilmente detectáveis a partir de uma interpretação no contexto pragmático.

Além do português, em inglês tal fato é bastante operacional, no que respeita à categoria vazia na posição objeto.

Compare os exemplos trabalhados por Cyrino:

(6) a. *Compre – !*

b. *Send – by mail. ('Envie pelo correio')*

Tanto em (6a) quanto em (6b) o que será comprado e o que será enviado pode ser inferido através do contexto pragmático da comunicação que se está processando.

A lingüista cita, ainda, o caso de a categoria vazia poder acontecer mesmo quando não existe identidade dos verbos presentes

na construção.

Assim:

(7) a. *João descascou a banana, mas Pedro não descascou* –.

b. *João descascou a banana, mas Pedro não comeu* –.

Podemos afirmar que a identidade verbal (descascou = descascou, mas descascou ≠ comeu) não é condição *sine qua non* para que se processe o fenômeno em análise.

A mesma autora, inclusive, elenca um exemplo de Camões, para mostrar que tal construção já ocorria no século XVI:

(8) *Ninguém venda a liberdade*

Pois não póde resgatar –. (Camões, séc. XVI, El-Rei Seleuco)

Por fim, citamos o exemplo (9), para mostrar que a categoria vazia, na posição objeto, pode referenciar toda uma sentença.

(9) *Eu fui ganhar a chave com 19 anos. Eu conto – pra todo mundo.* (Duarte, 1986, *apud* Cyrino, 1996)

Numa tentativa de explicação, no caso de categoria vazia na posição de objeto, podemos dizer que, não sendo possível, ou não querendo usar o clítico acusativo de 3.^a pessoa (o, a, os, as), ou a forma lexical (ele, ela, eles, elas), em certos contextos, o falante acaba por optar pela possibilidade de construção com categoria vazia, o que em nada altera o entendimento sentencial.

Sumariando, dizemos que a observação desse fenômeno linguístico somente nos faz perceber, de maneira mais clara, a abstração que ocorre na mente do falante. Isso favorece inscrever a posição da Gramática Gerativa como uma teoria linguística mentalista, cujo objeto de estudo é a GU, internalizada na mente humana e propulsora incondicional na aquisição da linguagem. A criança não necessita que lhe ensinemos a estrutura de uma língua, pois essa ela se encarrega de desenvolver, sem necessidade de instrução, e por ela mesma, de uma maneira muito mais rica e natural do que aquilo que propõe

qualquer teoria lingüística em voga. Basta que lhe ofereçamos os meios propícios que permitam desenvolver, ao máximo, suas potencialidades lingüísticas, a saber, leitura, conversação, prática da escrita, entre outros (Deus, 2003).

CONCLUSÃO

Tendo em vista a controvérsia entre a Tradição Empirista e a Tradição Racionalista acerca da aquisição da linguagem, pudemos, através da constatação da existência de categorias vazias na posição de sujeito e de objeto, perceber a natureza mentalista da teoria lingüística da Gramática Gerativa. Seu objeto de estudo - a caracterização da GU - foi aqui privilegiado, constatando-se que há razões que fazem parte do conhecimento gramatical interno do falante. Isto nos leva a crer que a aquisição da linguagem é algo que se processa, *a priori*, na mente do falante, considerando que o ser humano tem capacidades lingüísticas altamente específicas. Não desconsideramos, entretanto, que o meio ambiente é coadjuvante neste grande processo de aquisição da linguagem pelo ser humano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHOMSKY, N. *Regras e representações*. Tradução Marilda W. Averborg, Paulo Britto e Regina Bustamante. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

———. *Knowledge of language: its nature, origin and use*. New York: Praeger, 1986.

———. *Language and problems of knowledge*. The Managua Lectures. Cambridge: The MIT Press, 1988.

CYRINO, Sônia M. Lazzarini. O objeto nulo do português brasileiro. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 221-238, jul./dez. 1996.

DEUS, Dimar S. de. *O gênero do nome em português: interface entre a morfologia e a sintaxe*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003. (Dissertação de Mestrado)

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

LOBATO, Lucia M. P. O princípio das categorias vazias: evolução e tendências. *D.E.L.T.A.*, v. 4, n. 2, p. 225-263, jul./dez. 1988.

LYONS, J. *As idéias de Chomsky*. Tradução Octanny S. da Mota e Leonidas Hegenberg. São Paulo: Cultrix, 1974.

MIOTO, C., FIGUEIREDO SILVA, M. C. & LOPES, R. *Manual de sintaxe*. Florianópolis: Insular, 1999.

RAPOSO, E. *Teoria da gramática: a faculdade da linguagem*. Lisboa: Caminho, 1992.

MORAIS, Maria Aparecida C. R. Torres de. Para uma abordagem diacrônica do português brasileiro. In Ataliba T. de Castilho (org.) *Para uma história do português brasileiro*. V. 1: Primeiras Idéias, p. 121-140, 1998.

VITRAL, L. *Princípios e parâmetros: pressupostos filosóficos da gramática gerativa*. Belo Horizonte: UFMG, 1995, (mimeo).